

Questão Étnica no Brasil nos anos 1910 e 1920

Tania Regina de Luca
Departamento de História
UNESP (Universidade Estadual Paulista)
Assis - São Paulo – Brasil.

Preparado para o encontro da Associação de Estudos Latino Americanos, Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de Setembro de 1998.

A problemática da ampliação e efetivação dos direitos de cidadania segue ocupando lugar de destaque na agenda dos problemas brasileiros. A formulação clássica de Marshall, que neles distinguiu o elemento civil, relativo às liberdades individuais; o político, capaz de garantir a participação na vida pública; e o social, responsável por assegurar um bem estar econômico mínimo, ainda hoje se apresenta como programa a realizar.

Nas décadas que se seguiram à Abolição da Escravatura, a elite dirigente viu-se cada vez mais acuada diante do clamor de uma variada gama de agentes sociais e políticos que invadiam a cena pública. As demandas por direitos sociais e de representação eleitoral, partidária ou sindical foram invariavelmente apreendidas, durante a chamada República Velha, enquanto ameaças que deveriam ser extirpadas ou pelo menos contidas. Numa sociedade marcada por séculos de escravidão, não surpreende que a noção de cidadania tivesse nascido envolta no manto da negatividade, encarada como um mal a ser evitado.

O que se pretende aqui é analisar em que medida a intelectualidade do período, sempre pautada por princípios científicos que julgava capazes de lhe conferir um apolíneo distanciamento da arena política, acabou fornecendo um arcabouço legitimador de concepções que negavam a amplas parcelas da população brasileira capacidade para exercer seus direitos civis e políticos.

Elegemos como fonte a *Revista do Brasil*, mensário que circulou ininterruptamente entre janeiro de 1916 e março de 1925 e que então se constituía numa das principais publicações de caráter cultural do país, desfrutando de grande prestígio nos círculos letrados. Sediada em São Paulo, a revista ostentou uma longevidade pouco comum para os padrões da época. As suas páginas acolheram praticamente todas as figuras que alcançaram projeção nos meios literários, artísticos e científicos. A sua primeira fase, totalizando 113 exemplares, encerrou-se em 1925, com a falência dos negócios editoriais do seu proprietário.¹

A *Revista do Brasil* transformou-se num importante fórum no qual as questões nacionais eram debatidas sob diferentes ângulos. Da análise deste extenso material sobressai um persistente desejo de promover uma releitura do país. Os diagnósticos, balanços e

¹ A respeito da importância da revista para o período ver: DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil. Propostas para a (N)ação*. SP: FFLCH-USP, Tese de Doutorado, 1996.

sínteses produzidos traziam, freqüentemente, a marca do desalento. Vários pensadores mostravam-se cépticos em relação à permeabilidade do país ao progresso. O Brasil, que já embalara os sonhos de riqueza e abundância dos europeus, adentrava o século XX citado como um contra-exemplo. Segundo a opinião corrente, ainda não éramos uma verdadeira nação, conclusão que imprimia um sentido de urgência à tarefa de descobrir porque parecia falhar a química capaz de garantir, sob o céu dos trópicos, a existência de uma identidade coletiva apta a trilhar a senda da modernidade, única considerada capaz de nos garantir um papel de destaque no cenário internacional. O esmiuçar cuidadoso dos diferentes aspectos da 'realidade nacional' nunca esteve dissociado da ânsia de propor caminhos para a ação. A construção de explicações e propostas para o futuro imbricava-se a projetos de gestão que se esperava tornar efetivos.

É preciso ter presente que nas décadas de 1910 e 1920 pensar a nação ainda significava, antes de tudo, enfrentar a tortuosa questão do estatuto étnico dos habitantes, assunto que já vinha figurando há muito na agenda da intelectualidade brasileira. A vinculação entre 'qualidade' dos habitantes e os destinos da nação assentava-se numa longa tradição a respeito da diversidade do gênero humano, cindido em grupos aos quais eram atribuídos valores biológicos, psicológicos, morais e ou culturais de acordo com uma escala que ia da barbárie à civilização. No Brasil, país de população multicolorida, fruto das mesclas mais variadas, a problemática da hibridação não era simples especulação teórica, mas experiência vivida quotidianamente.

Na *Revista do Brasil* a questão foi intensamente debatida. Alguns autores continuavam endossando as opiniões pouco lisonjeiras que Agassiz, Couty ou Gobineau externaram a respeito dos habitantes do país:

"É necessário confessar que a maior parte dos que se costuma chamar de brasileiros compõe-se de mestiços, mulatos, quartões de caboclos de diferentes graus... em suma, quem diz brasileiro, diz, com raras exceções, homens de cor. Sem entrar na apreciação das qualidades físicas ou morais

destas variedades, é impossível deixar de constatar que não são nem laboriosas, nem ativas, nem fecundas."²

Este pessimismo ainda era subscrito pelos que ainda insistiam em vincular o avanço do país ao branqueamento dos habitantes, maneira eufemística não apenas de reafirmar a inferioridade dos índios e africanos, mas também de expressar dúvidas quanto às chances efetivas dessas etnias abandonarem um estágio mental inferior e assim participar do esforço de construção nacional. Para provar a correção da análise, bastava lembrar a ausência de contribuições significativas do país para a humanidade.

Os avanços *científicos* em diferentes áreas do saber pareciam confirmar a existência de fatores maiores e anteriores ao indivíduo, cuja vontade nada ou muito pouco poderia fazer frente à forças de ordem física e ou psicológica. Hábitos, gostos e comportamentos migravam do âmbito privado para o coletivo, sendo apreendidos como manifestações de impulsos que permitiam um grau de mobilidade muito estreita para a ação individual:

*"...ao lado da psicologia individual, de si mesma tão obscura e difícil, nasceu e formou-se a psicologia étnica, que estuda resíduos comuns do pensamento em qualquer raça. Essa mais vasta concepção da psicologia explica muitos fenômenos individuais que não passam dos impulsos da espécie, da alma do povo, anteriores e sobranceiros às idéias de qualquer indivíduo. A raça não possui apenas formas e tipos exteriores, possui igualmente uma alma comum formada de lentas aquisições, alma da espécie e da família que antecede todos os momentos da personalidade. É essa alma antiga a responsável pelos mitos, pela religião, pela linguagem, pelo direito e enfim por todas as criações primitivas e elementares."*³

Essa leitura mais ortodoxa, ainda que não estivesse ausente das páginas da revista, era quantitativamente sobrepujada por outra que elegia a mistura enquanto via privilegiada

² RAEDERS, G. *O Conde de Gobineau no Brasil*. SP: Secretaria da Cultura, Ciência e tecnologia, 1976, p. 113. Ver também: AGASSIZ, Louis e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). RJ: Cia Ed. Nacional, 1938, p. 366 e COUTY, Louis. *A Escravidão no Brasil*. RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 60 e 102.

em direção ao progresso. A mesma lógica de inspiração darwinista que lançava anátemas sobre a mestiçagem poderia ser mobilizada na direção oposta para afirmar a predominância dos caracteres oriundos de tipos superiores. Se num primeiro momento o cruzamento entre brancos e índios ou brancos e negros gerava uma prole que não atingia o nível do progenitor mais evoluído, bastariam mais alguns acasalamentos na direção correta para que se chegasse ao grau de excelência desejado. De fato o Brasil despontava como testemunha candente do potencial de aperfeiçoamento do mulato, como fez questão de frisar o nosso representante no Primeiro Congresso Internacional das Raças, realizados em Londres em 1911:

*"Ao Brasil os mestiços forneceram, até hoje, poetas de grandes inspiração, pintores, escultores, músicos distintos, magistrados, juriconsultos, oradores eloqüentes, notáveis literatos, médicos e engenheiros que se destacaram graças às suas aptidões técnicas e à sua capacidade profissional... A colaboração dos mestiços no progresso e no desenvolvimento do Brasil é notória, e de grande valor."*⁴

Mesmo admitindo a compatibilidade entre o híbrido e a civilização, os analistas compraziam-se em assinalar que, graças à predominância *natural* do branco, os brasileiros tendiam a tornar-se cada vez mais alvos. De forma muito otimista previa-se que em apenas cinqüenta anos a nossa população seria mais alva que a da Península Ibérica. O norte do país precisaria de mais algum tempo para livrar-se da "*coloração indecisa dos mestiços de hoje*" e caminhar em direção a uma "*coloração progressiva de ariano de boas origens*."⁵ O branqueamento surgia como uma espécie de solução mágica para as contradições de uma sociedade multirracial, heterogênea e atravessada por uma rígida hierarquia.

Ainda que parte considerável da intelectualidade do tempo fosse tributária das categorias de raça e meio, tal filiação esteve longe de resultar numa representação unívoca a respeito das possibilidades de superar os entraves que impediam a afirmação definitiva da

³ RIBEIRO, João. A Primeira Religião dos Brasis. *Revista do Brasil*. 22 (86) : 180, fev. 1923.

⁴ LACERDA, João Batista de. *Sur les Métis au Brésil*, 1911. Apud: MORAES, Evaristo de .A Ascensão dos Mulatos. *Revista do Brasil* 24 (94) : 197, out. 1923.

⁵ RIBEIRO, João. Brancos de Toda Cor. *Revista do Brasil*. 24 (96) :378, dez. 1923.

nação. Os exemplos citados advertem contra as análises que insistem ora num pessimismo absoluto, ora numa confiança exagerada em relação ao futuro. Parece mais adequado discernir a existência de uma oscilação entre esses dois pólos, como bem ilustram as posições assumidas por João Ribeiro.

Entretanto a *Revista do Brasil* permite divisar um outro discurso, articulado a partir de meados dos anos dez e que encontrou no periódico um lugar privilegiado de construção e difusão: a abordagem sanitárias, que trouxe transformações significativas para a apreensão da questão étnica.

A afirmação do paradigma microbiano e bacteriológico propiciou uma outra compreensão da causa das doenças, suas formas de transmissão e cura. De fato a identificação dos agente etiológicos das doenças infecciosas propiciou o desenvolvimento de vários métodos de imunização e combate aos vetores e seus reservatórios naturais. Surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente bastante eficazes, que levaram alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber.

As epidemias que assolavam as cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, centros nervosos da economia nacional, dificultavam o pleno funcionamento da agro-exportação e afastavam os trabalhadores estrangeiros, o que levou os poderes constituídos a criarem, na virada do século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários assim como um conjunto de instituições que passaram a ditar os rumos da saúde pública.

As vitórias obtidas sobre a malária, a febre amarela, a varíola e a peste bubônica acabaram por dobrar as resistências impostas pelos detratores das novas práticas. A Higiene, unvida pelo prestígio que somente a ciência era capaz de conferir, adentrava o cotidiano dos indivíduos, inspecionando, vigiando e controlando por meio de um conjunto de normas, cuidados, prescrições e recomendações. Contudo, a população das áreas rurais não se constituiu em alvo desta política.

Foram justamente as péssimas condições sanitárias do vasto interior que motivaram a famosa máxima de Miguel Pereira proferida em 1916 - *o Brasil é um vasto hospital*. Apesar de não se constituir numa novidade, a afirmação encontrou terreno extremamente propício para frutificar. Na mesma época outros higienistas como Belisário Penna, Artur Neiva e

Afranio Peixoto também começaram a denunciar sistematicamente o quadro desolador dos sertões.

O surgimento no horizonte do concebível da possibilidade de apreender a questão étnica a partir de uma lógica higienista apresentou-se para os homens da época como uma verdadeira revelação. Para expressar sua surpresa diante de uma verdade agora tornada óbvia, mas antes jamais suspeitada, eles recorreriam à metáfora da cortina que se abre, rompendo o véu de naturalidade e forçando a ver o que antes estava oculto.⁶ De fato tratava-se de uma outra ordem de argumentos que convidava a relativizar o determinismo estrito então dominante.

Sem dúvida no interior do novo saber o clima beneficiou-se na medida em que as regiões tropicais deixaram de ser condenadas enquanto habitat pouco propício aos seres humanos. À idéia de que as zonas quentes possuíam seus próprios males, ou seja, uma patologia peculiar, exótica em relação à européia, passou a ser duramente contestada.⁷

⁶ Entre os textos que se valeram da metáfora podem ser citados: LOBATO, José bento Monteiro. O Saneamento do Brasil. *Revista do Brasil*. 7 (928): 305, mar. 1918 e SOUZA, Brenno Muniz. Imigração e Indesejáveis. *Revista do Brasil*. 9 (34) : 113, out. 1918.

⁷ “A velha medicina - ainda aí presente, recalcitrante, impenitente e por força de rotina sobrevivente durante muitas décadas ainda - é a medicina curativa, remedieira, terapêutica. A nova medicina - já instalada e propagada, de mais em mais, embora a credence, a ignorância, o misoneísmo, - é a medicina preventiva, a higiene, a profilaxia... A nova medicina funda-se, pois, no conhecimento da causa ou etiologia das doenças, de onde a oposição que a corrige ou suprime, a prevenção que a evita e faz desaparecer. É a ela que pertence toda essa maravilhosa eclosão de ciências da família da Higiene - a Microbiologia, a Parasitologia, a Imunoquímica, a Quimioterapia, a Dietética, a Fisioterapia, a Eugénica que representam as forças novas de ação contra a doença, inventadas pelo gênio humano... Se eliminarmos as doenças parasitárias, infectuosas e tóxicas, termos eliminado logo imediatamente quota imensa daquelas que lhe são consecutórias. Para não perder tempo no debate basta indagar: quantas doenças orgânicas, constitucionais, hereditárias, cardiopatias, cirroses, nefrites, epilepsias, degenerações não se suprimirão, acabando com o alcoolismo? Só a sífilis é metade da patologia: noventa e cinco por cento dos aneurismas dos grandes vasos são dessa causa específica... A Higiene é uma nova medicina, de menos de um século... Mas a Higiene apareceu, tornou-se moda, impôs-se como hábito e se vai impondo como necessidade. A vacina salva milhões de vidas... O advento da Microbiologia, procurando o conhecimento da causa das doenças, altera a face do mundo, dando a esperança e já a certeza da vitória sobre a doença. A difteria, a raiva, a peste, a febre tífica, o tétano, o carbúnculo são prevenidos; elas mesmas e outras tantas são curadas; todas são agredidas pela notificação compulsória, o isolamento, a desinfecção... Como da Astrologia saiu a Astronomia, da Alquimia saiu a Química, sai da Medicina a Higiene. Não é má sorte das lavras produzirem borboletas.” PEIXOTO, Afrânio. A Antiga e a Nova Medicina: A Higiene. *Revista do Brasil*. 8 (32) :354-367.

Foi introduzida uma distinção essencial entre situação climática, encarada como um dado natural, e o grau de salubridade, esse último passível de ser manipulado pela ação humana. Está patente aqui a confiança no saber técnico, que graças ao seu poder de intervenção, submete, transformação e molda o ambiente, numa atitude que guarda similaridade com o trabalho das divindades.

Um aspecto importante e que merece ser destacado é a confiança nas possibilidades abertas pelo controle das endemias e doenças infecto-contagiosas, como se a eficiência da higiene independesse do lugar, condições ou circunstâncias. Se o diagnóstico dos males que afligiam a população era carregado com cores fortes, a solução parecia depender apenas da boa vontade das autoridades constituídas, que precisavam tomar consciência da gravidade do problema.

O saber acumulado pela ciência, disponível para ser utilizado, era considerado de fácil aplicação. É sintomático que Belisário Penna intitulasse o artigo especialmente escrito para a *Revista do Brasil de Pequenos Cuidados Higiênicos*.⁸ Acreditava-se que os males que afligiam os brasileiros poderiam ser suprimidos com pouco esforço. Penna lembrava que o impaludismo poderia ser resolvido com a quinina, que o Estado deveria fazer chegar a todos os recantos do país à preço ínfimo; a anquilostomiase, que ele julgava contaminar 70% da população, seria erradicada por meio da obrigatoriedade de se construírem fossas e instalações sanitárias "*simples, rudimentares que fossem*", do uso do calçado e da distribuição, gratuita ou por preço ínfimo, de medicamentos curativos da doença; enquanto que para eliminar a varíola bastaria decretar a vacinação obrigatória, "*embaraçada até agora pelo receio da turba ignorante, e da propaganda insensata de meia dúzia de sectários ortodoxos*."⁹

Propostas semelhantes foram feitas para o tracoma, a lepra, a ferida brava, o ofidismo... A aparente simplicidade com que se poderia resolver todos os problemas tornava ainda mais acerbos as críticas ao governo que, por ignorância, insensibilidade e interesses

⁸ Artigo publicado na *Revista do Brasil*. 9 (23): 3-18, set. 1918.

⁹ PENA, Belisário. Alcoolismo, Opilação e Impaludismo. *Revista do Brasil*. 6 (23) :443-4, nov. 1917. Quanto aos ortodoxos e sectários, Pena está se referindo aos positivistas e sua postura não intervencionista. Para uma dura crítica ao governo gaúcho, adepto da referida filosofia ver: SODRÉ, Alcindo. A Higiêne no Rio Grande do Sul. *Revista do Brasil*. 14 (54) :152-6, jun. 1920.

políticos menores, parecia pouco seduzido pelas conclusões lógicas e naturais da ciência. Se até há pouco a inexpressividade desse país imenso era encarada como atestado da incapacidade de um povo mestiço que portava nas veias um sangue corrompido, agora, graças às perspectivas abertas pela higiene, tornava-se possível introduzir uma revigorada sensação de confiança no futuro. Os propugnadores da campanha em prol do saneamento desde logo estabeleceram conexões entre o estado mórbido dos habitantes e os interesses econômicos e sociais da nação.

Nada mais urgente, portanto, do que redimir a massa de impaludados e opilados, salvá-los das garras da fauna microbiana que lhes debilitava o vigor e o viço. A imigração, antes defendida como solução econômica e etnicamente desejável, começava a ser questionada. De uma interpretação racial dos problemas sociais migrava-se para uma interpretação sanitária. Assim o habitante do sertão, antes tido como espécime inferior inapta para a civilização, passava à condição de vítima, injustamente caluniado e criminosamente abandonado à própria sorte, sem saúde, justiça ou educação.

Nessa perspectiva, a erradicação das doenças infecto-contagiosas e das endemias constituía-se numa cruzada que tinha por meta possibilitar a implantação de um sistema de trabalho eficiente, produtivo, dentro dos parâmetros exigidos pela economia de mercado. Reabilitar e valorizar o brasileiro, ou melhor, discipliná-lo, adestrá-lo, moralizá-lo para transformá-lo num agente capaz de concretizar as inumeráveis potencialidades da terra, esse o ideal apregoado pelos apóstolos do discurso higienizador.

Para atingi-lo preconizava-se a imediata adoção de um amplo conjunto de medidas, planejadas, controladas e executadas pelos homens de ciência, detentores de um saber técnico e especializado, e que deveriam ser investidos pelos poderes públicos de uma ampla autonomia. Esses cruzados modernos, manipuladores competentes das verdades científicas, propunham-se a atuar como um exército, hierárquica e racionalmente organizado, no qual cada um tinha atribuições precisas e cujo fim último seria livrar a nação dos males que a corroíam. Não por acaso se evocava o exemplo da guerra européia com o intuito de demonstrar a imensa capacidade de mobilização do Estado, que dispunha de instrumentos aptos a fazer cada um dos habitantes sentir o peso de sua ação.

Concomitantemente às medidas de cunho coercitivo - vacinação obrigatória, combate aos vetores, desinfecção das habitações, notificação compulsória das doenças contagiosas, isolamento dos doentes, - advogava-se uma intensa campanha de esclarecimento que deveria penetrar nos lares, fábricas, escolas e fazendas por meio de "*propaganda vasta, tenaz, insistente, pela palavra, pelo folheto, pelo cinema, pelo gramofone, pelo cartaz*" afim de que "*esses ensinamentos higiênicos se infiltrem no cérebro do nosso povo.*"¹⁰

Empunhando a bandeira da defesa de uma vida sã, produtiva e útil à nação, as prescrições higiênico - sanitárias iam se infiltrando no cotidiano, normatizando-o sob a batuta da ciência. Seus promotores, numa postura tipicamente iluminista, declaravam-se em luta contra a ignorância, os preconceitos, a incompreensão. Para concretizar seus nobres fins a higiene expandia-se, penetrando em áreas antes intocadas.

Desse modo o conceito de saúde estava sendo ampliado para muito além da desinfecção, como bem expressa o código de vinte e dois itens elaborado pelo cirurgião Chapot-Prévost, que alcançou celebridade mundial por ter realizado com sucesso em 1907 a separação de duas irmãs siamesas.¹¹

Em sintonia com esse alargamento do campo de ação do sanitarismo, a seção Bibliografia da *Revista do Brasil* registrava a publicação de vários manuais de puericultura. Ainda que se louvasse a "*abnegação... e o admirável instinto de que são dotadas as mães brasileiras*", tais qualidades não pareciam suficientes para evitar as altas taxas de mortalidade infantil que, de acordo com os especialistas, só poderiam ser explicadas pela "*falta de cuidados médicos higiênicos por parte das mães de família*". Era mister instruí-las, revelar-lhes os segredos da alimentação sadia, dos sintomas das doenças e de sua

¹⁰ PENNA, Belisário. Pequenos Cuidados. *ob. cit.* p. 13. O autor lembrava que "a linguagem deve ser simples, as expressões empregadas tem que ser as que o povo usa, e as únicas que conhece; as comparações e as imagens, vulgares e frisantes; as gravuras e fotografias, impressionantes, sem fugir à realidade dos fatos, que ele conhece, mas não sabe observar; as ligações entre o seu modo de vida, o sistema de alimentação, os defeitos da habitação, e as doenças, que o atacam, acarretando-lhe sérias perturbações, e a miséria, afinal, devem ser descritas com simplicidade, clareza e verdade." p. 8. Penna tentou colocar suas idéias em prática, tendo feito inúmeras conferências e publicados vários folhetos explicativos, entre os quais Opilação ou Amarelão. *Revista do Brasil*. 10 (38) : 245-246, fev. 1919.

¹¹ Os preceitos de Prévost podem ser encontrados na seção *Bibliografia*. Resenha de *Código da Saúde*, de Chapot-Prévost. *Revista do Brasil*. 26 (106): 166, out. 1924.

terapêutica, tarefa apenas realizável pelo pediatra.¹² Mesmo que os conselhos higiênicos fossem seguidos "com o meio descaso inerente ao nosso povo", acreditava-se que o decréscimo na mortalidade "seria incalculável."¹³

A preocupação com uma alimentação ganhou grande impulso nesse período, sob a influência dos avanços da bioquímica, que propiciaram uma melhor compreensão do funcionamento do organismo e a identificação de novas substâncias, como as vitaminas.¹⁴ A culinária estaria deixando de ser um assunto próprio à esfera feminina para transformar-se na ciência da digestão e da nutrição, "um dos ramos mais cultivados da fisiologia. Estudam-se em laboratórios todas as questões suscitadas por esse problema".¹⁵ O que comer, quanto comer, quando comer tornou-se um objeto de investigação. De repente descobre-se a inadequação da alimentação nacional, pobre em leite, laticínios, ovos, verduras e frutas.

Por outro lado, o modo de preparar e apresentar um prato corretamente demandaria "conhecimentos bem adiantados de físico-química e química biológica", sendo que o insucesso de certas receitas derivava da incompreensão dos fenômenos que ocorrem nas operações fundamentais da cozinha, tais como "os mecanismos da formação e estabilização das emulsões, o ponto de fusão das gorduras, as trocas osmóticas" subjacentes ao "modo de preparar um molho, de se frigir um alimento ou de fazer um caldo". Daí a crítica às feministas que aspiravam se afastar dos fogões sem suspeitar que "a arte culinária se torna

¹² *Bibliografia*. Resenha de *Moléstias dos Lactentes e seu Tratamento* do Dr.º Leoncio de Queiroz. *Revista do Brasil*. 25 (104): 339, ago. 1924. Ver também *Bibliografia*. Resenha de. *Considerações sobre Perturbações Mórvidas do Lactente*, do mesmo autor. *Revista do Brasil*. 21 (83): 260, nov. 1922.

¹³ *Bibliografia*. Resenha de *Higiene para Todos* de Barbosa Vianna. *Revista do Brasil* 17 (67): 352-353, jul. 1921. Ao resenhar o livro de Figueira o articulista da revista afirmou: "Numa terra onde a mortandade das crianças em virtude da ignorância dos pais, e também da incompetência dos médicos, é fantástica, livros como este devem ser recebidos debaixo de salva de palmas." *Bibliografia*. Resenha de *Consultas Práticas de Higiene Infantil* do Dr. Fernandes Figueira. *Revista do Brasil* 12 (45) : 74, set. 1919.

¹⁴ O impacto da descoberta das vitaminas foi analisado por CIÂNICO, Nicolau. O Beribéri. *Revista do Brasil* 26 (107) : 278-280, nov. 1914 e por LESSA, Gustavo Aspectos Modernos da Alimentação. *Revista do Brasil*. 24 (92) : 340-346,, ago. 1923. Ver também, do mesmo autor, o artigo As Vitaminas e o Cálcio. *Revista do Brasil*. 25 (97) : 86-87, jan. 1924.

¹⁵.ALMEIDA, Miguel Osório de. A Ciência e a Arte Culinária. *Revista do Brasil*. 23 (90) : 183, jun. 1923.

*cada vez mais complicada e mais interessante (e que) em futuro próximo, essa arte talvez venha a se colocar ao lado da arte do médico”.*¹⁶

Em nome dos preceitos higienistas, tarefas tradicionalmente femininas estavam sendo apropriados por um discurso que, se por um lado reconhecia a importância e o significado do cuidado com os filhos e da gerência das cozinhas, ao mesmo tempo desqualificava suas executoras, tomadas como inconscientes, despreparadas e que até então teriam sido guiadas apenas pelo instinto e pela tradição. Não se tratava de questionar nem o papel e as necessidades naturais das mulheres, nem o espaço que sempre lhes coube ocupar, mas de impor-lhes novas recomendações, calcadas na racionalidade cientificista.

Às recomendações higiênico - sanitárias, que sob pretexto de livrar o indivíduo e o ambiente de qualquer elemento capaz de perturbar o estado higido revelavam uma voracidade crescente de normatização.

A análise do extenso material publicado na *Revista do Brasil* a respeito da questão étnica deixa patente, por um lado, a centralidade do tema para o período e, por outro, alerta para a complexidade de que ele estava revestido. No periódico circulavam diferentes abordagens que se sobrepunham em camadas densas formando um emaranhado que só se apreender depois de um lento trabalho de desconstrução.

Por um lado é possível identificar um viés de forte ascendência racista que admite a desigualdade e a hierarquia entre os seres humanos mas que, confiante numa determinada leitura do darwinismo, previa um amanhã branco para o país. Nesse sentido compreende-se a insistência com que se procurava auscultar o quanto já tínhamos caminhado no sentido de fixar em definitivo o tipo brasileiro, resultado de uma fusão que nos deveria assegurar feições próprias no concerto antropológico universal.

Essa interpretação positiva, que elegia a hibridação como fonte de regeneração, não deixava de se movimentar no interior do universo criado por Gobineau, Lapouge e Le Bon, porém com a diferença fundamental de que as previsões alarmista desses autores, que

¹⁶ *Idem*, p 184-5. O autor fornecia, baseado em livro de um especialista francês, uma completa explicação do mecanismo científico de preparação das batatas *soufflés*. O feminismo, mencionado por Almeida, não figurou entre os temas abordados na revista, o que indica que o assunto, no Brasil, ainda não fazia parte da agenda do período. É sintomático que um dos poucos textos a abordar a questão dava conta das reivindicações femininas no exterior. MACHADO, Orlando. A Reivindicação Feminina em Nova York. *Revista do Brasil* 23 (89) : 35-37, mai. 1923.

condenavam uma sociedade mestiça como a brasileira à eterna barbárie, eram substituídas pela certeza do nosso próximo branqueamento. O compromisso agendado com doutrinas que professavam uma inferioridade inerente teria necessariamente que ser frágil. Assim entende-se as oscilações de otimismo e pessimismo de uma intelectualidade que precisava acreditar no futuro mas não tinha plena certeza de que ganharia a aposta.

O surgimento da possibilidade de tomar a população não como racialmente inferior, fruto maldito de elementos heterogêneos e incompatíveis, mas como doente, abria perspectivas bastante sedutoras. Afinal a morbidez, como ensinava a microbiologia, poderia ser extirpada, transformando o homem indolente, preguiçoso e refratário ao progresso num ser completo, útil à nação.

Entretanto, por mais diferentes que fossem as abordagens, elas terminavam por compartilhar concepções bastante restritivas de cidadania. Na versão mais ortodoxa, a inferioridade étnica condenava a maioria dos habitantes ao status de subcidadão, deixando pouco espaço para o exercício dos direitos políticos. Postulava-se a necessidade de elevar o seu patrimônio étnico, o que deveria ser feito aliando a imigração selecionada ao trabalho que da natureza que, por si só, tendia a fazer os indivíduos inferiores –entenda-se índios, negros, mestiços de todo tipo, desaparecer.

Já no interior do discurso higiênico a população era encarada enquanto um aglomerado de doentes que precisava ser curado, amparado, tratado para *depois* adquirir cidadania plena. A elevação das condições sanitárias, a cura das endemias, a adoção de medidas profiláticas, tinham que ser impostas a seres desprotegido e impotentes que só seriam arrancados de seu estado mórbido por meio dos benefícios da ciência. Desnecessário lembrar que aos beneficiários não cabia opinar a respeito de métodos e procedimentos que desconheciam. Note-se que a educação perdia aqui o seu contorno de prioridade. Se os higienistas não chegaram a julgá-la desnecessária, a maioria sublinhou os seus limites e esteve disposta a postergá-la diante da tarefa maior de curar febres e expulsar vetores.

O modelo liberal clássico era, desta forma, alvo de severas críticas, ainda que por motivos diversos. Para realizar com presteza e agilidade as tarefas que obstavam a marcha do país, clamava-se por poder centralizado e forte, dotado de um projeto nacional calcado em metas claras e objetivamente traçadas. Muitos suspiravam por um Estado dotado de um

corpo de agentes competentes e familiarizados com técnicas derivadas de um saber positivo. Noutros termos, enraizava-se uma concepção da população enquanto massa informe e dócil sobre a qual se deveria exercitar a ação. A cidadania não despontava como uma questão, sendo – sem maior cerimônia – retirada de pauta.